

HOMERO DE
GIORGE CERQUEIRA

**DIREITO
AMBIENTAL E O
AMBIENTALISMO
DE RESULTADO
SUSTENTÁVEL**

UMA REVOLUÇÃO
DO MEIO AMBIENTE

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1 Ambientalismo de Resultado Sustentável: Crescimento do Brasil	5
1.1 Programa de Integração Nacional	16
1.1.1 Análise documental.....	30
1.1.2 Entrevistas com especialistas	32
1.1.3 Observação de campo	34
1.1.4 Impactos econômicos do PIN	38
1.2 A Conferência de Estocolmo de 1972 e o ambientalismo de resultado sustentável	42
1.2.1 Principais temas e resultados da Conferência	44
1.2.2 Impacto da Conferência de Estocolmo no desenvolvimento do ambientalismo sustentável.....	52
1.2.3 Desafios e oportunidades para a sustentabilidade ambiental pós-Conferência de Estocolmo.....	55
1.3 Influência da Conferência de Estocolmo em acordos e políticas ambientais globais.....	57
1.3.1 Impactos no direito ambiental internacional	60
1.3.2 Adaptação das políticas nacionais.....	62
1.3.3 O pós-Estocolmo	65
1.4 Preâmbulo da Agenda 2030.....	67
1.4.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, limites planetários e economia Donut.....	72

1.4.2	Conceito e fundamentos e principais limites identificados...	75
1.4.3	Economia Donut de Kate Raworth, princípios e fundamentos	77
1.4.4	Integração dos ODS, limites planetários e Economia Donut.....	80
1.5	Perspectivas futuras e tendências e desafios emergentes	82
1.5.1	Ações recomendadas para a promoção da sustentabilidade global.....	83
1.5.2	Reformular os problemas econômicos	84
1.5.3	Entre desenvolvimento sustentável e direitos humanos	86
1.5.4	Pilar, econômico, o social, a equidade e a justiça.....	86
1.5.5	Legislações e políticas implementadas	87
1.6	Monitoramento das políticas públicas	89
1.6.1	Sustentabilidade ilusória e direito ambiental	91
1.6.2	Greenwashing e práticas enganosas.....	93
1.6.3	Legislação nacional e internacional	93
1.6.4	Tendências globais.....	95
1.6.5	29ª Conferência das Partes (COP29)	96
1.6.6	Mercado de carbono	97
1.6.7	Refletir o desenvolvimento sustentável.....	99
2	A Constituição Brasileira e os Direitos Ambientais.....	103
2.1	Contextualização histórica da proteção ambiental no Brasil	105
2.1.1	Classificação do meio ambiente	124
2.1.2	Meio ambiente natural.....	125
2.1.3	Meio ambiente artificial ou construído	126

2.1.4 Meio ambiente cultural	127
2.1.5 Meio ambiente do trabalho	131
2.1.6 Patrimônio genético	132
2.1.7 Direito de antena	135
2.1.8 Meio ambiente do clima	136
2.1.9 Outras classificações.....	139
2.2 Poder público administrador do meio ambiente	141
2.3 Os princípios do ambientalismo de resultado sustentável	148
2.3.1 Princípios do direito ambiental.....	151
2.3.2 Princípio da função socioambiental da propriedade	157
2.3.3 Princípio da prevenção	158
2.3.4 Princípio da precaução	161
2.3.5 Princípio do poluidor-pagador.....	167
2.3.6 Princípio do usuário-pagador.....	168
2.3.7 Princípio do protetor-recebedor	170
2.3.8 Princípio da eficiência	171
2.3.9 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	173
2.3.10 Princípio do desenvolvimento	175
2.3.11 Princípio democrático.....	175
2.3.12 Princípio do equilíbrio.....	179
2.3.13 Princípio proteção do patrimônio cultural brasileiro.....	180
2.3.14 Princípio da responsabilidade.....	185
2.3.15 Princípio da vedação de retrocesso ambiental	188

2.4	Análise jurídica dos princípios	190
2.4.1	Aplicação prática dos princípios	191
2.5	Competência Constitucionais	196
2.5.1	Competência federal	199
2.5.2	Competência estadual	200
2.5.3	Competência municipal	201
2.6	A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011	202
2.6.1	Competência administrativa dos entes federativos em matéria ambiental	203
2.6.2	A importância do licenciamento ambiental e a Resolução 237 do CONAMA	203
3	Desenvolvimento Sustentável.....	209
3.1	Avaliação ambiental estratégica e o direito ao licenciamento	219
3.1.1	Análise das bases legais e institucionais que sustentam a AAE no Brasil.....	222
3.1.2	Impactos cumulativos e sinérgicos no licenciamento	224
3.1.3	A reflexão sobre a eficácia da AAE nesta análise e suas limitações intrínsecas.....	226
3.1.4	A potencial criação da AAE através de atos infralegais e as implicações jurídicas	227
3.1.5	Comparação entre a regulação da AAE nos EUA e no Brasil	229
3.1.6	Discussão sobre a postura judicial no processo administrativo do licenciamento ambiental	231
3.1.7	As restrições legais que impedem a imposição da AAE como requisito absoluto	233

3.1.8 A crescente discussão sobre o zoneamento ecológico econômico e sua pertinência no licenciamento	235
3.1.9 Um olhar sobre o equilíbrio necessário entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.....	237
3.2 Desafios e perspectivas na implementação	241
3.2.1 Proteção do meio ambiente, o Poder Público.....	244
4 Impactos na Conservação da Biodiversidade	247
4.1 Avaliação da efetividade das medidas de prevenção.....	249
4.2 Perspectivas futuras para a legislação ambiental	251
4.3 Do estabelecimento da lei, em 1981, ao ambientalismo de resultado sustentável	255
4.3.1 Desafios e perspectivas para a efetivação dos direitos ambientais no Brasil	258
4.4 Brasil: compromisso com a proteção ambiental.....	261
4.4.1 A responsabilidade do Estado.....	261
4.4.2 Conceito de polêmica.....	263
4.4.3 Mudança de paradigma.....	264
4.4.4 A proteção ambiental na Constituição brasileira	265
4.4.5 Direitos e deveres ambientais	266
4.4.6 Competência e responsabilidades dos entes federativos.....	267
4.4.7 Jurisprudência e decisões relevantes.....	268
4.4.8 Direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	269
5 Políticas Públicas e Mecanismos de Proteção Ambiental	271
5.1 A Máfia Verde: a destruição do meio ambiente.....	276

5.1.1 Atividades criminosas da Máfia Verde	278
5.1.2 Desmatamento ilegal.....	281
5.1.3 Legislação e combate à Máfia Verde.....	285
5.1.4 Amazônia: o epicentro do desmatamento.....	288
5.1.5 Greenpeace.....	292
5.2 Educação ambiental.....	293
5.2.1 Os desafios do ambientalismo contemporâneo.....	296
5.2.2 O papel da sociedade civil e das empresas.....	302
5.3 Direito comparado e experiências internacionais.....	308
5.4 A importância da educação ambiental	313
5.5 Tecnologias sustentáveis e inovação.....	320
6 A Responsabilidade Civil e Criminal no Direito Ambiental	327
6.1 Contextualização jurídica.....	332
6.2 Análise de casos práticos	333
6.3 Perspectivas comparativas.....	335
6.4 Identificação de lacunas na legislação.....	337
6.5 Propostas de melhoria.....	340
6.6 A visão do futuro: caminhos para um ambientalismo de resultado sustentável	342
6.6.1 Abordagem teórica	346
6.7 Desafios ambientais do século XXI.....	351
6.8 O impacto das cidades inteligentes	358
6.8.1 Cidades inteligentes na solução do ambientalismo de resultado sustentável	362

6.9 Revisão de literatura	366
6.10 O impacto dos modelos de cidades inteligentes na configuração urbana das cidades	373
6.11 Planejamento urbano e proteção ambiental.....	374
6.12 Gestão e controle de recursos urbanos	376
6.13 Promoção da coesão social e sustentabilidade.....	378
Considerações Finais.....	381
Referências Bibliográficas e Sugestão de Leitura	389
Lista de Quadros	437
Lista de Figuras	439